

**LEI Nº 6.588, DE 28 DE MAIO DE 2021**

**Institui o Plano de Mobilidade Urbana de Ribeirão Pires – PLANMOB - RP, e dá outras providências.**

**CLÓVIS VOLPI**, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I - Disposições Gerais**

**Art. 1º** Esta Lei institui o Plano de Mobilidade Urbana de Ribeirão Pires – PLANMOB – RP, que estabelece diretrizes, objetivos, instrumentos e ações, com a finalidade de efetivar a qualificação da mobilidade urbana da cidade, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que instituiu as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e com o Plano Diretor do Município.

**CAPÍTULO II - Dos Princípios, Objetivos e Diretrizes**

**Art. 2º** O PLANMOB – RP está fundamentado nos seguintes princípios:

- I – universalidade do direito de se deslocar e usufruir da cidade;
- II - desenvolvimento sustentável da cidade, nas dimensões socioeconômica e ambiental;
- III - equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo;
- IV - eficiência, eficácia e efetividade na circulação urbana e na prestação dos serviços de transporte urbano;
- V - gestão democrática, planejamento e avaliação;
- VI - segurança nos deslocamentos das pessoas;
- VII - justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do uso dos diferentes modos de transporte e serviços;
- VIII - equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros;
- IX - acessibilidade à pessoa com deficiência física ou com mobilidade reduzida;
- X - eficiência, eficácia e efetividade na circulação urbana.

**Art. 3º** O PLANMOB – RP é orientado pelas seguintes diretrizes:

- I - integração com a política de desenvolvimento urbano e respectivas políticas setoriais de habitação, saneamento básico, planejamento e gestão do uso do solo no âmbito do Município;
- II - prioridade dos pedestres e dos modos de transportes não motorizados sobre os motorizados e dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado;
- III - criação de medidas de desestímulo à utilização do transporte individual motorizado;
- IV - integração entre os modos e serviços de transporte urbano;
- V - mitigação dos custos ambientais, sociais e econômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas na cidade;
- VI - priorização de projetos de transporte público coletivo, estruturadores do território e indutores do desenvolvimento urbano integrado;
- VII - planejamento da mobilidade urbana, orientado pelo gerenciamento de demanda;
- VIII - promoção de ações educativas capazes de sensibilizar e conscientizar a população sobre a importância de se atender aos princípios do Plano de Mobilidade Urbana;
- IX - busca por alternativas de financiamento para as ações necessárias à implementação do Plano de Mobilidade Urbana.

**Art. 4º** O PLANMOB – RP possui os seguintes objetivos:

- I - Proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, aos serviços básicos e aos equipamentos sociais, priorizando os meios de transporte coletivos e não motorizados, de forma inclusiva e sustentável;
- II - Contribuir para a redução das desigualdades e para a promoção da inclusão social;
- III - Proporcionar melhoria das condições urbanas no que se refere à acessibilidade e à mobilidade;
- IV - promover o desenvolvimento sustentável com a mitigação dos custos ambientais e socioeconômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas no Município;

V - Consolidar a gestão democrática e participativa como instrumento de garantia da construção contínua do aprimoramento da mobilidade urbana;

VI - Implementar, no âmbito municipal, estratégias e programas fundamentados no desenvolvimento sustentável nos seguintes instrumentos de gestão:

- a) serviço de transporte público coletivo;
- b) sistema de circulação viária;
- c) infraestrutura do Sistema de mobilidade urbana;
- d) acessibilidade;
- e) integração dos modos de transporte público e destes com os privados e não motorizados;
- f) transporte de cargas;
- g) áreas de estacionamento;
- h) áreas e horários de acesso e circulação restrita e controlada;
- i) mecanismos e instrumentos de financiamento do transporte público coletivo e da infraestrutura.

### **CAPÍTULO III - Do Plano de Mobilidade Urbana de Ribeirão Pires – PLANMOB – RP**

**Art. 5º** O PLANMOB - RP contempla:

- I - Os objetivos estratégicos coerentes com os princípios e as diretrizes da Política Municipal de Mobilidade Urbana;
- II- Ações e medidas para alcançar as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Mobilidade Urbana;
- III - As recomendações de estudos e projetos específicos para as infraestruturas destinadas aos modos de transporte não motorizados;
- IV- Os serviços de transporte coletivo em suas diversas escalas;
- V- A garantia de acessibilidade para pessoas com deficiência e restrição de mobilidade;
- VI - A integração dos modos de transporte público e destes com os privados e os não motorizados, incluindo medidas que permitam minimizar os conflitos intermodais;
- VII - A operação e o ordenamento do transporte de carga na infraestrutura viária, de forma a compatibilizar a movimentação de passageiros com a distribuição das cargas, respeitando e garantindo os respectivos espaços de circulação de forma eficiente e eficaz no espaço urbano;
- VIII - A identificação dos meios institucionais que assegurem a implantação e a execução do planejamento da mobilidade urbana.

#### **Seção I - Do Serviço de Transporte Público Coletivo**

**Art. 6º** O PLANMOB - RP orienta-se pelas seguintes diretrizes para o sistema de transporte coletivo do Município:

- I – Melhorar a qualidade da prestação do serviço de transporte público coletivo;
- II – Promover a evolução tecnológica do serviço de transportes;
- III – Otimizar a eficiência, eficácia e efetividade na prestação do serviço de transporte público coletivo;
- IV – Facilitar as condições de mobilidade para portadores de necessidades especiais e idosos;
- V – Priorizar o transporte público coletivo sobre o individual na ordenação e no uso do sistema viário;
- VI – Satisfazer as condições de segurança, atualidade, regularidade, eficiência, cortesia e conforto no transporte coletivo.

**Art. 7º** Para a melhoria da qualidade dos serviços e eficiência do sistema de transporte coletivo no Município, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

- I – Melhoria da qualidade do transporte público (pontualidade, regularidade e velocidade média);
- II – Implantação de tecnologia na frota do transporte público (bilhetagem eletrônica, GPS e etc.);
- III – Adaptação e readequação de rotas e horários das linhas do transporte público.

#### **Seção II - Da Circulação Viária**

**Art. 8º** O PLANMOB - RP orienta-se pelas seguintes diretrizes para o sistema de circulação viária do Município:

- I – Buscar a eficiência, eficácia e efetividade na circulação urbana;
- II – Promover a segurança viária;
- III – Estruturar o sistema viário visando o desenvolvimento econômico e urbano ordenado nas áreas do Município;
- IV – Melhorar e tornar mais homogênea a circulação no território municipal priorizando o transporte coletivo e os pedestres;
- V – Proporcionar as ligações metropolitanas e regionais do Município de Ribeirão Pires com os municípios vizinhos.

**Art. 9º** Para a melhoria da fluidez do trânsito geral deverão ser adotadas as seguintes medidas:

- I – Promover a fiscalização das vias para garantir o cumprimento das regras de trânsito vigentes, utilizando o efetivo municipal de forma eficiente e organizada, a fim de melhorar os índices de segurança viária;
- II – Priorizar as ações voltadas à redução do número de acidentes nas vias municipais, como a implementação de redutores de velocidade (lombadas, radares, semáforos, etc) e ações educativas que estimulem a conscientização dos motoristas;
- III – Tratamento das principais rotas de pedestres, com a ampliação dos passeios, eliminação de barreiras à circulação de pessoas, rebaixamento de guia, iluminação das travessias de pedestres e implantação de sinalização específica;
- IV – Melhoria e modernização do controle semaforico por meio da coordenação da rede semaforica.

#### Seção III - Das Infraestruturas do Sistema de Mobilidade Urbana

**Art. 10** O PLANMOB - RP orienta-se pelas seguintes diretrizes para a infraestrutura do sistema de mobilidade urbana do Município:

- I – Assegurar a prioridade ao pedestre no uso do espaço público;
- II – Prover condições físicas de pavimento e sinalização compatíveis com a segurança e a fluidez dos deslocamentos;
- III – Garantir a contínua melhoria da infraestrutura de transporte público coletivo e do transporte não motorizado;
- IV – Fomentar a criação de parques urbanos para o descanso populacional e a realização de atividades físicas;
- V – Ampliar as áreas atendidas pelos transportes públicos coletivos;
- VI – Promover a diversificação no uso dos meios de transportes públicos coletivos.

**Art. 11** Para a melhoria na infraestrutura do sistema de mobilidade urbana deverão ser adotadas as seguintes medidas:

- I – Executar a manutenção e reparo do calçamento público de forma a garantir que estejam adequados à legislação vigente;
- II – Desempenhar a fiscalização do território municipal e orientar os munícipes para garantir a regularização do calçamento particular;
- III – Promover a manutenção, readequação e modernização do Terminal Rodoviário Municipal de modo a atender as demandas que se encontram em constante evolução;
- IV – Incentivar a criação de novos parques públicos municipais;
- V – Garantir a manutenção e o incremento da infraestrutura dos parques municipais já existentes, promovendo o conforto e a segurança da população durante o uso;
- VI – Fomentar a utilização dos parques municipais para a prática de lazer, atividades físicas e culturais.

#### Seção IV - Da Acessibilidade

**Art. 12** O PLANMOB - RP orienta-se pelas seguintes diretrizes para a execução da acessibilidade no Município:

- I – Proporcionar melhoria nas condições urbanas da população no que se refere à acessibilidade;

- II – Assegurar o descolamento de pessoas com deficiência e restrição de mobilidade;
- III – Proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, priorizando os meios de transporte público, de forma inclusiva e sustentável;
- IV – Contribuir para a redução das desigualdades e para a promoção da inclusão social;
- V – Promover o acesso aos serviços básicos e equipamentos sociais;
- VI - Proporcionar segurança e conforto na circulação de pedestres, promovendo a inclusão das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, no sistema de circulação.

**Art. 13** Para a efetivação das ações de acessibilidade no Município, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

- I – Realizar o rebaixamento das guias no calçamento nos bairros e região central da cidade, com atenção especial às vias de maior circulação, vias de transportes públicos e regiões com grande fluxo de atividades econômicas;
- II – Implementar rampas de acesso nos equipamentos de uso público, como estações, abrigos de ônibus, praças, parques, entre outros;
- III – Implementar e aumentar a disponibilidade de travessias elevadas nas principais vias dos bairros e região central do Município;
- IV - Estabelecer, implantar e fiscalizar a aplicação de normas de remoção de barreiras e de obstáculos nas vias públicas e no acesso ao transporte público.

#### Seção V - Da Integração dos Modos de Transporte Público e destes com os Privados e Não Motorizados

**Art. 14** O PLANMOB - RP orienta-se pelas seguintes diretrizes para a integração dos modos de transporte público e destes com os privados e não motorizados:

- I – Promover a integração do transporte não motorizado com o transporte público coletivo;
- II – Contribuir para a melhoria da mobilidade dos munícipes;
- III – Garantir a integração do transporte público e privado com o transporte sobre trilhos.

**Art. 15** Para a efetivação das ações de integração entre os modos de transporte público e destes com os privados e não motorizados, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

- I – Implantação de bicicletários e paraciclos em pontos de embarque e desembarque;
- II – Adequar os horários e itinerários do transporte público municipal para garantir a integração com o transporte sobre trilhos de forma segura.

#### Seção VI - Do Transporte de Cargas

**Art. 16** O PLANMOB - RP orienta-se pelas seguintes diretrizes para o fomento do transporte de cargas do Município:

- I – Promover o desenvolvimento econômico, viabilizando a entrega de mercadorias no território municipal;
- II – Preservar a infraestrutura urbana.

**Art. 17** Para a melhoria na contribuição do transporte de cargas no desenvolvimento econômico da cidade deverá ser adotada a seguinte medida:

- I – Incentivar a criação de centros de distribuição no Município, utilizando-se da localização estratégica do Município em relação a vias de acesso às cidades do interior e do litoral, de forma a estimular o desenvolvimento econômico e reter parte da renda na cidade.

#### Seção VII - Dos Polos Geradores de Viagem

**Art. 18** O PLANMOB - RP orienta-se pela seguinte diretriz para os polos geradores de viagem:

I – Melhorar o acesso aos espaços de convivência na área central do Município.

**Art. 19** Para a melhoria de acesso aos polos geradores de viagens, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

I – Estruturar um mapeamento dos polos geradores de viagens, com a finalidade de propor novas rotas, percentual da rota e viagens;

II - Fortalecer políticas públicas com a finalidade de melhorar o acesso do cidadão aos principais pontos da cidade, através de propostas que possam estimular o escoamento de novas vias.

#### Seção VIII - Das Áreas de Estacionamento

**Art. 20** O PLANMOB - RP orienta-se pela seguinte diretriz para as áreas de estacionamento:

I – Estabelecer a política de estacionamento como instrumento de gestão da mobilidade urbana.

**Art. 21** Para o desenvolvimento da política de estacionamento, deverão ser desenvolvidas as seguintes medidas:

I – Implementação de estacionamento para bicicletas em local estratégico do Município, próximo aos equipamentos de transporte público e do centro comercial da cidade;

II – Ampliar a demarcação de vagas no decorrer de vias públicas, respeitando a legislação que estabelece as cotas de estacionamento para deficientes físicos e idosos, de forma a facilitar o acesso dessa fatia da população aos equipamentos públicos e privados.

#### Seção IX - Das Áreas e Horários de Acesso e Circulação Restrita ou Controlada

**Art. 22** O PLANMOB - RP orienta-se pelas seguintes diretrizes para as áreas e horários de acesso e circulação restrita ou controlada:

I – Estimular a criação de ambientes mais seguros e amigáveis para a circulação de pedestres;

II – Fomentar o lazer.

**Art. 23** Para a criação de áreas e horários de acesso e circulação restrita ou controlada, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

I – Realizar o fechamento de vias em grandes eventos realizados no Município, como forma de promover a segurança e a organização;

II – Fechamento de vias nos fins de semana e feriados, a fim de ofertar opções de lazer e atividades físicas e culturais à população;

III – Realizar estudos específicos que revelem quais as áreas da cidade que possuem maior deficiência na oferta de equipamentos públicos de lazer e, assim, embasar a estratégia de restrição de circulação, de acordo com as necessidades da região.

#### Seção X - Dos Mecanismos e Instrumentos de Financiamento do Transporte Público Coletivo e Infraestrutura

**Art. 24** O PLANMOB - RP orienta-se pela seguinte diretriz para os mecanismos e instrumentos de financiamento do transporte público coletivo e infraestrutura:

I - Articular com os governos Estadual e Federal o financiamento de obras de infraestrutura.

**Art. 25** Para a garantia dos mecanismos e instrumentos de financiamento do transporte público coletivo e infraestrutura, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

- I – Utilizar instrumentos do Plano Nacional de Mobilidade Urbana na cidade, consolidando metas e colhendo diagnósticos;
- II – Buscar fontes de recursos federais que possibilitem a execução de melhorias no transporte público e na infraestrutura municipal;
- III – Buscar fontes de recursos estaduais que possibilitem a execução de melhorias no transporte público e na infraestrutura municipal;
- IV – Realizar estudo que identifique as principais necessidades de melhoria no transporte público e na infraestrutura do Município.

#### CAPÍTULO IV - Disposições Finais

**Art. 26** Os recursos necessários à execução do Plano de Mobilidade Urbana de Ribeirão Pires – PLANMOB - RP serão consignados nos instrumentos orçamentários através de recursos da União, Estado, parcerias e financiamento público.

**Art. 27** O Plano Municipal de Mobilidade Urbana deverá ser revisto periodicamente em até 5 (cinco) anos, a partir da data de sua publicação, podendo tal revisão ser feita em prazo menor, a critério da Administração Municipal.

**Art. 28.** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 28 de maio de 2021 – 307º Ano da Fundação de 67º da Instalação do Município.

**CLÓVIS VOLPI**

**Prefeito**

**RANGEL FERREIRA**

**Secretário de Assuntos Jurídicos**

**DANIEL GONÇALVES DO CARMO JÚNIOR**

**Secretário de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil**

Processo Administrativo nº 1211/2021– PMRP

Publicada no Órgão da Imprensa Oficial.